

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.929 - RS (2019/0286552-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE SANTA ROSA E REGIAO
ADVOGADOS : CARLOS PAIVA GOLGO - RS066149
LEONARDO NELIS SUAREZ - RS084503

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 472):

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. TEMA 20. RE 565.160. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. ENCARGOS DE SUCUMBÊNCIA.

- 1. Não se aplica o julgamento do REsp 1.230.957/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos, Tema 479, STJ, uma vez que este se refere à cota patronal.*
- 2. Se o empregado já recolhe a contribuição pelo valor máximo do salário de contribuição, o tributo não incidirá sobre o adicional de férias.*
- 3. No caso, sequer existe prova de que os trabalhadores representados sofreram a retenção da contribuição sobre o adicional de férias usufruídas e, além disso, poderiam ter interesse no recolhimento caso o salário de contribuição seja inferior ao teto por conta do incremento no salário de benefício.*
- 4. Custas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da causa pelo IPCA-E, a serem suportados pela parte autora.*

Opostos embargos de declaração pelas partes ora recorrida e recorrente, foram os aclaratórios da parte recorrida acolhidos, com efeitos modificativos, restando os da ora recorrente julgados prejudicados, em acórdão cuja ementa restou assim estampada (fl. 625):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. ENCARGOS DE SUCUMBÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECURSAL. EFEITOS

Superior Tribunal de Justiça

INFRINGENTES.

1. Os embargos de declaração destinam-se a provocar novo pronunciamento judicial de caráter integrativo ou interpretativo emitido pelo órgão prolator da decisão nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC), admitindo-se, ainda, excepcionalmente, a atribuição de efeitos infringentes (§ 2º do art. 1.023 do CPC).
2. A coisa julgada formada na ação coletiva promovida por sindicato beneficia a todos os membros da categoria profissional, independentemente da sua comprovação de condição de filiado, nos limites da base territorial do sindicato, e não da circunscrição do órgão prolator da sentença.
3. Não incide contribuição previdenciária, dos empregados, sobre o terço constitucional de férias.
4. Fixados honorários de sucumbência e recursais.
5. Embargos de declaração opostos pela parte autora acolhidos, com efeitos infringentes, a fim de negar provimento à apelação da União e dar parcial provimento à remessa necessária e julgar prejudicados os embargos de declaração opostos pela União.

Nas razões do recurso especial, a parte ora recorrente alega, dentre outros, violação aos arts. 22, I, e 28, I, e § 9º, da Lei n. 8.212/91, bem como dissídio jurisprudencial. Aduz, em síntese, a exigibilidade da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de terço constitucional de férias, sendo certo que, "*por todo exposto em relação ao entendimento do STF no RE nº 565.160/SC e em relação à possibilidade de incidência de contribuição previdenciária sobre ganhos habituais, notadamente o fato de a Corte Suprema ter qualificado o terço constitucional de férias como ganho habitual, tem-se que deve ser superado o entendimento do STJ, firmado no Resp nº 1.230.957/RS, para reconhecer a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias gozadas (cota patronal e cota do empregado)*" (fl.643).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Quanto às matérias de fundo, quais sejam, "*o alcance da expressão 'folha de salários', para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações*" e "*Natureza jurídica do terço constitucional de férias, indenizadas ou gozadas, para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal*", ressalta-se a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, nos **RE**

Superior Tribunal de Justiça

565.160 RG/SC e RE 1.072.485 RG/PR - Temas 20 e 985.

Em recursos versando sobre temas afetados à repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem a fim de que aguardem o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE) INCIDENTES SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR. LEIS 10.168/2000 E 10.332/2001. AFETAÇÃO SUPERVENIENTE DO TEMA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.

1. No âmbito do Plenário Virtual, o Supremo Tribunal Federal decidiu por maioria afetar a presente controvérsia à sistemática da repercussão geral em momento posterior ao julgamento do acórdão recorrido. Tema 914: RE-RG 928.943, de relatoria do Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 13.09.2016.

2. Em decorrência de fato jurídico superveniente, a sistemática de precedentes obrigatórios impõe a devolução ao Tribunal de origem dos presentes autos para que o feito seja sobrestado até a definição do mérito do Tema. 3. Embargos de declaração providos, para fins de infirmar a cadeia processual construída em sede extraordinária no presente processo e determinar a devolução dos autos à origem, nos termos dos arts. 1.036 do CPC/15 e 328 do RISTF.

(ARE 934095 AgR-ED-ED, Relator(a): Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA – PROCESSO VERSANDO A MATÉRIA – SOBRESTAMENTO – MANUTENÇÃO. O tema atinente à constitucionalidade da cobrança de contribuições sociais em face das atividades das cooperativas em geral, tendo em conta a distinção entre “ato cooperativo típico” e “ato cooperativo atípico”, teve repercussão geral admitida pelo denominado Plenário Virtual no Recurso Extraordinário nº 672.215/CE, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. A matéria de fundo, tanto no mencionado recurso como neste extraordinário, diz respeito à definição da incidência ou não desses tributos sobre as receitas decorrentes de tais atos. Impõe-se aguardar o julgamento do mérito do paradigma, considerados o regime da repercussão geral, presentes os processos múltiplos, e a possibilidade de revisão do entendimento.

(RE 594695 AgR-AgR, Relator(a): Min. Marco Aurélio,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Turma, DJe 25/5/2015).

Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Legitimidade da cobrança de PIS e COFINS, tendo por fato gerador a locação de bens imóveis. Matéria constitucional. Repercussão geral reconhecida. RE-RG 599.658. 3. Embargos de declaração acolhidos para determinar a devolução à origem com base no disposto no art. 543-B do CPC.

(RE 543799 AgR-ED, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 3/8/2015).

Ademais, recentemente foi publicado acórdão de mérito no julgamento do mencionado **RE 565.160 RG/SC**, cuja ementa assim dispõe:

CONTRIBUIÇÃO – SEGURIDADE SOCIAL – EMPREGADOR. A contribuição social a cargo do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, a qualquer título, quer anteriores, quer posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998 – inteligência dos artigos 195, inciso I, e 201, § 11, da Constituição Federal. (RE 565160, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 29/03/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-186 DIVULG 22-08-2017 PUBLIC 23-08-2017)

Assim, ultimada a resolução da controvérsia em repercussão geral, denotando a primazia do viés constitucional do tema em debate, caso não é de enfrentá-lo na seara do recurso especial ou do agravo dele decorrente (AREsp).

ANTE O EXPOSTO, determino a devolução dos autos, com a respectiva baixa, ao ilustrado Tribunal de origem, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local frente ao que decidido pela Excelsa Corte nos referidos **RE nº 565.160 RG/SC e RE nº 1.072.485 RG/PR - Temas 20 e 985**.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator